

**Estado, Neoliberalismo e o conceito de sociedade civil: uma análise crítica de
alguns fundamentos históricos e teóricos.**

Claudinei Alves de Matos¹

Pedro Rozales R. Dominczak²

Aline Rodrigues Vitorino³

Sessão ordinária.

Área 4. Estados e nações face à nova configuração do capitalismo

Sub-área 4.3. Os Estados nacionais na nova configuração do capitalismo

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre as recentes transfigurações do capitalismo, o chamado neoliberalismo, e as respectivas alterações geradas pela lógica neoliberal nas instituições organicamente ligadas ao processo de reprodução do capitalismo, como o Estado e a sociedade civil. Como contraponto crítico à perspectiva neoliberal, apresentaremos a análise gramsciana do conceito e da forma efetiva de Estado e sociedade civil, para assim, demonstrar a atualidade de Gramsci. Sobretudo porque é possível, através de seu pensamento, refutar a tese neoliberal que expõe que no capitalismo os indivíduos são dotados de igualdade e liberdade para agir segundo seus interesses restritos, nascidos da liberdade econômica.

Abstract: This paper propose to discuss the relationship between modern changes of capitalism, called neoliberalism, and generated changes by the logic of neoliberal institutions organically associated to the process of reproduction of capitalism, as the state and civil society. However against to neoliberal viewpoint, we demonstrate the gramsciana's analysis of the concept and an effective state and civil society, so to demonstrate the Gramsci's relevance. Though since it's possible, through her thoughts, contesting the thesis that neoliberal capitalism that exposes individuals are able with

¹ Autor do artigo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo).

² Coautor do artigo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo).

³ Coautora do artigo. Graduada em Serviço Social da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri)

equality and freedom to effect according to their narrow interests, born of economic freedom.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre as recentes transfigurações do capitalismo, o chamado neoliberalismo, e as respectivas alterações geradas pela lógica neoliberal nas instituições organicamente ligadas ao processo de reprodução do capitalismo, como o Estado e a sociedade civil. Como contraponto crítico à perspectiva neoliberal, apresentaremos a análise gramsciana do conceito e da forma efetiva de Estado e sociedade civil, para assim, demonstrar a atualidade de Gramsci. Sobretudo porque é possível, através de seu pensamento, refutar a tese neoliberal que expõe que no capitalismo os indivíduos são dotados de igualdade e liberdade para agir segundo seus interesses restritos, nascidos da liberdade econômica.

Desde a crise dos anos sessenta/setenta do século passado – quando, segundo Mandel (1990), ocorreu a primeira grande crise generalizada pós Segunda Guerra Mundial – a economia capitalista tem buscado meios para se reaquecer, objetivando reverter a tendência decrescente das taxas de lucro. Percebe-se, conseqüentemente, que deste período decorreu o relevante fato da ascensão do pensamento neoliberal à condição hegemônica, assim como a adoção de sua economia política como tentativa “de reversão” da crise.

A hegemonização do pensamento neoliberal significou também mudanças dos paradigmas teóricos e práticos das instituições que conformam a dominação burguesa. Duas destas alterações fazem referência à atuação prática e à concepção teórica de Estado e sociedade civil. A partir das perspectivas disseminadas pelo neoliberalismo, o Estado passa a ser visto como empecilho ao pleno crescimento econômico, portanto, como o responsável pelas crises, pois sua ação intervencionista impede a efetivação da capacidade de adaptabilidade da economia através do mercado. Assim como sua atuação na garantia de proteção social onera sobremaneira o capital, e a regulamentação das relações trabalhistas desequilibra o livre fluxo da força de trabalho. Também os sindicatos prejudicam a melhor alocação dos trabalhadores e seus respectivos níveis salariais. Disso tudo resulta a proposição neoliberal de que a sociedade civil identificada ao mercado – entendida como o lugar do “não estatal” e da “não intervenção” – deve ser o ambiente de realização das necessidades e desejos dos indivíduos voluntariamente

associados, o espaço onde se conserva e prevalece a liberdade, pai e mãe de todas as liberdades.

Para encaminhar nossa análise, trabalharemos, na primeira parte do artigo, a questão da origem e desenvolvimento histórico da economia política do neoliberalismo, assim como suas implicações econômicas e sociais. Já na segunda parte trataremos da concepção neoliberal de sociedade civil e Estado, contrabalanceada pela visão gramsciana da questão. Por fim busca-se reafirmar a visão neoliberal enquanto responsável pela deturpação da função real do Estado, do conceito de sociedade civil, porque elimina de sua análise que a reprodução do capitalismo se dá sob o domínio da luta de classes.

2. Alguns apontamentos a respeito da origem e desenvolvimento histórico-teórico do neoliberalismo.

Desde a segunda metade do século XX o mundo vem testemunhando a um conjunto de rápidas e profundas transformações, sejam elas políticas, sociais ou econômicas. Uma destas grandes transfigurações pela qual o mundo passou se deu no período por volta de 1974 e 1975, quando, segundo Mandel (1990), ocorreu a primeira grande crise generalizada após a Segunda Guerra Mundial. Crise esta fruto da “sincronização internacional”, a qual resultava das transformações econômicas ocorridas, como por exemplo: o avanço das forças produtivas, revolução tecnológica, concentração e centralização do capital, dentre outras.

Para reverter o quadro da crise os Estados imperialistas tentaram aplicar políticas anticíclicas, as quais acabaram por não serem bem sucedidas, pois a internacionalização da produção – “que no modo de produção capitalista concentra e centraliza os capitais internacionais, de forma sempre mais avançada” (MANDEL, 1990) – desencadeou uma resistência às políticas anticíclicas, sendo estas limitadas às fronteiras nacionais, o que demonstrou que a recessão culminada em 1974 não seria tão facilmente contornável como as demais crises recorrentes da história capitalista.

O resultado foi o agravamento da crise, marcando uma recessão não mais de curto prazo, mas longa e de expansão generalizada. Na verdade, segundo Mandel (1990), tratava-se de uma crise clássica de superprodução, uma fase típica de queda da taxa média de lucros, mas que, acima de tudo, era uma crise das relações de produção capitalistas que gerou sérias consequências – a queda dos níveis de investimento no

setor produtivo, o aumento do desemprego, a aceleração da inflação, a elevação no custo de vida, dentre outras. Nos termos do autor, essa crise:

[...] é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações. (MANDEL, 1990, p.13).

Todo esse processo de mudanças ocorridas neste período colocou em xeque uma série de diretrizes políticas, econômicas e sociais que vinham guiando o mundo, como a crise do sistema fordista e o questionamento à intervenção do Estado, isto é, do chamado Estado de Bem-Estar Social da Europa ou o New Deal norte americano. Chegava ao fim o legado das políticas econômicas de cunho keynesiano.

Em decorrência dessas transfigurações do sistema de produção e organização social – que, na verdade, segundo Filgueiras (2006), já vinham se configurando antes mesmo da década de 1970 – surge uma “doutrina” que se apresentava como ideologicamente adequada ao embasamento e estímulo político para o capitalismo contemporâneo, mais do que um “conjunto de políticas econômico-sociais”, uma “ideologia”, a saber, o neoliberalismo.

O neoliberalismo, aqui é entendido em sua dupla dimensão, isto é, enquanto uma ideologia – reivindicada por intelectuais e governantes, e com forte influência no comportamento de indivíduos e de vários grupos sociais – e enquanto um conjunto de políticas econômico-sociais, adotadas por boa parte dos governos hoje no poder. (FILGUEIRAS, p.41, 2006).

Antes de tudo é preciso esclarecer que embora o neoliberalismo tenha aparentemente uma ligação direta com os ideais do liberalismo – existentes na sociedade européia dos séculos XVIII e XIX, o qual contrapunha diretamente o Estado Absolutista – há de se compreendê-lo como fenômeno distinto deste liberalismo clássico, sendo o neoliberalismo distinguido por Chesnais (2005) como “uma nova hegemonia financeira”. Torna-se, portanto, necessário buscar suas origens para se analisar a atualidade econômico-social do mundo.

O neoliberalismo nasceu, segundo Filgueiras (2006), após a Segunda Guerra Mundial, especificamente na Europa Ocidental e na América do Norte, como uma

reação teórica e política contra o “Estado Intervencionista de bem-estar” difundido pelas diretrizes keynesianas. E, embora o capitalismo avançasse rapidamente nos anos 1950 e 1960, os ideais neoliberais já vinham se espalhando – ainda que contidos – e teorizando contra qualquer regulação por parte do Estado, do político ao social, com uma ênfase às políticas de assistência, pois, segundo algumas teses neoliberais, a desigualdade seria necessária para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para Perry Anderson, todavia, a polêmica que o pensamento neoliberal levanta contra a regulação social tem uma repercussão um pouco maior. Escreve ele:

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos. (ANDERSON, p. 10, 1995).

Somente no final da década de 1970 a “mensagem” passaria do debate acadêmico para a elaboração de políticas econômicas e sociais. Com uma expressiva crise do modelo econômico do pós-guerra (em 1973 e, depois, em 1979), notou-se o colapso do fordismo e estabeleceu-se um longo período de estagnação econômica do “capitalismo avançado”, caracterizado por um crescimento pífio e o movimento ascensional severo das taxas de inflação. Daí em diante os ideários neoliberais ganharam expressividade, a qual nunca teve durante o período dos “anos de ouro” do desenvolvimento capitalista. E, com a derrocada do “socialismo real” no leste da Europa, o neoliberalismo se apresentava com uma doutrina atual e de direcionamento dos novos tempos, explicando a crise pelos gastos do Estado no âmbito social e responsabilizando os sindicatos pelo decréscimo da acumulação capitalista, pois suas pressões reivindicativas sobre os salários e sobre Estado aumentavam cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995).

O entrave econômico tornou-se muito óbvio (para os neoliberais), pois a queda da taxa de lucro das empresas e o alto índice de inflação que proporcionaram uma crise generalizada tinham seus responsáveis: as políticas sociais e os sindicatos; era necessário contê-los. “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11).

Uma vez estabelecido os responsáveis pela crise, faltava agora só a receita do que fazer para arrumar a economia capitalista mundial. O objetivo maior – senão o único – da política econômica dos governos de cunho neoliberal deveria ser a estabilidade monetária, que seria alcançada pelo caminho dos cortes de gastos sociais e pela ampliação do exército industrial de reserva, além das reformas fiscais que isentava os grandes capitais:

A idéia fundamental era que o Estado deveria diminuir os gastos sociais e assim restaurar o que os liberais chamam de “desemprego natural”, ou seja, a idéia era na verdade diminuir ou eliminar a participação do fundo público na reprodução da força de trabalho e transferir o máximo do fundo para a reprodução ampliada do capital, de modo a quebrar o poder de barganha dos sindicatos e impingir o aumento da exploração da força de trabalho ao conjunto da classe trabalhadora que teria como resultado o extraordinário aumento do exército industrial de reserva. Assim, julgavam que com a quebra do poder dos sindicatos a economia capitalista teria restabelecida a taxa de lucro de modo a dinamizar a acumulação sem os constrangimentos impostos pelo Estado do bem-estar social e do poder político dos trabalhadores organizados em seus sindicatos. (GENNARI, p. 02, 2002).

A hegemonia do programa neoliberal levou mais ou menos dez anos para se estabelecer. No final da década de 70 do século XX, por volta 1978/80, a Inglaterra, com o governo de Margaret Thatcher, foi, segundo Anderson (1995), o primeiro país de capitalismo avançado a implantar intensamente o programa neoliberal. Com um pacote de reformas radicais, os britânicos efetuaram medidas que iam de legislação anti-sindical e desempregos massivos à elevação das taxas de juros e implantação da privatização.

Em 1980, um ano depois da experiência da Inglaterra e após a eleição de Ronald Reagan, os Estados Unidos incorporaram o ideário neoliberal; depois disso a expansão foi inevitável, primeiro na Alemanha, na Dinamarca e até na França, que forçada pelos mercados financeiros internacionais acabou por adotar uma política próxima às neoliberais, embora fossem diretrizes de curso bem diferente da qual vinha se apoiando. Neste período as políticas de flexibilização econômica já tinha sido adotadas por quase todos os países da OCDE (Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento) – exceto na Suécia e na Áustria –, mas tendo havido “seguidores neoliberais” do outro lado do mundo, como Austrália e Nova Zelândia. No final da década de 1980, o neoliberalismo havia conquistado um significativo número de países de capitalismo

avançado (ANDERSON, 1995). Na América Latina as diretrizes neoliberais vão se difundir em um particular momento histórico, já nos anos 1990.

Após esta análise da expansão do ideário neoliberal mundo a fora, torna-se relevante estabelecer o balanço real e concreto dos resultados das mudanças advindas de suas políticas. Para Anderson (1995), existem duas análises a serem feitas. Primeiramente, analisa-se aqui o ponto prioritário do ideário neoliberal: a deflação. Observando que a inflação dos países da OCDE teve uma taxa de decréscimo de 8,8% em 1970, para 5,2% em 1980, com tendência a contínua queda para os anos 90, pode-se considerar um progresso por parte do neoliberalismo. E, haja vista que o processo de deflação tinha como horizonte a recuperação das taxas de lucros, pode-se aqui dizer que, neste âmbito, o neoliberalismo também obteve significativo avanço, uma vez que os países da Europa Ocidental tiveram uma recuperação da taxa de lucro de 5,4% negativos em 1970, para 5,3% positivos em 1980. A consequência destes saltos positivos na economia foi a derrota dos movimentos sindicais, materializada na diminuição das greves e na contenção dos salários. De tal modo foi que se observa outro “sucesso” neoliberal, o aumento das taxas de desemprego, sendo estas duplicadas nos países da OCDE entre a década de 1970 e 1980; além do aumento do grau de desigualdade, quando a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média e os valores das bolsas cresceram quatro vezes mais rapidamente que os salários, tudo isto nos anos 80 (ANDERSON, 1995).

Ainda segundo Anderson (1995) há outro lado a ser ponderado, pois todas estas ações – deflação, lucros ou empregos – direcionadas pelos ideários neoliberais teriam sido implantadas com uma finalidade: o reaquecimento da economia capitalista e o restabelecimento de taxas de crescimento estáveis. No entanto, neste aspecto não se obteve tanto avanço, ou seja, não houve significativo investimento no “parque de equipamentos produtivos”, o que estabelece um paradoxo, pois o aumento da taxa de lucros não significou aumento dos investimentos, mas pelo contrário, este se concretizou em taxas decrescentes, de 5,5% nos anos 60, para 3,6% nos anos 70 e apenas 2,9% nos anos 80.

Tal paradoxo pode ser explicado com o seguinte raciocínio: tem-se que a nova modalidade aquecida pelo neoliberalismo, o capital financeiro, criou condições muito mais propícia para investimentos especulativos do que no setor produtivo. De fato, “(...) durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio

internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais.” (ANDERSON, 1995, p. 16).

Conclui-se, portanto, que em relação ao crescimento e à acumulação de capital, o neoliberalismo não surpreendeu ou, nos termos de Chesnais (2005, p.92), “globalmente, o neoliberalismo é um modelo desfavorável à acumulação e ao crescimento”. Além de tudo, ele não atingiu um de seus principais alvos, uma real contenção dos gastos sociais, pois não houve queda significativa dos mesmos, uma vez que a criação de uma expressiva população desempregada e uma deterioração das condições de vida dos trabalhadores acarretou aumento expressivo dos gastos sociais. Assim, as contradições das diretrizes neoliberais por si só criaram e explicam seus próprios impasses, ou ainda, conforme escreve Chesnais,

O problema com o neoliberalismo é que o que permanece nas empresas para investir é muito pouco diante dos generosos pagamentos de juros e dividendos aos credores e acionistas. Podemos então formular a seguinte tese: apesar do restabelecimento da tendência da taxa de lucro a partir da metade dos anos 80, a taxa de acumulação do capital não foi restaurada, como um efeito desta característica do neoliberalismo: ser um sistema direcionado para a remuneração dos credores e acionistas. Dessas reduzidas taxas de acumulação decorre a onda de desemprego que se elevou entre 1975 e 1985. (CHESNAIS, 2005, p. 92).

Pode-se dizer, portanto, que por essas vias econômicas o neoliberalismo não avançou, pois não atingiu o reaquecimento do capitalismo que prometia. Contudo, socialmente o neoliberalismo atingiu seus objetivos, pois acirrou a desigualdade nas sociedades, aumentando o desemprego e sucateando as políticas sociais, embora não tão energicamente como planejado. Mas de todas as aquisições neoliberais seu maior êxito talvez tenha sido ideologicamente, pois a propagação e adesão às suas diretrizes ganharam proporções inimagináveis, dando às idéias neoliberais a categoria de hegemonia, nascida no século XX e, mais do que nunca presente no século XXI.

O neoliberalismo, em toda gama possível de tons e nuances, de variantes e estilos, tem a força da última moda. É enquanto *espírito geral*, que perpassa o elenco de todas as posturas, que se afirma com mais força e verdade, do que enquanto simples receituário econômico, que o próprio desenvolvimento monopólico da acumulação capitalista deixou para trás e converteu em alegoria. (CHASIN, p. 31, 1989).

Nesta perspectiva, torna-se explícito o alcance do ideário neoliberal, mas também expõem as características específicas e contraditórias de seus fundamentos e desenvolvimento, até porque sua base – enquanto transfiguração do modo de produção capitalista – o expõe como tal.

3. A questão da sociedade civil.

O surgimento do ideário neoliberal, sua implementação política, econômica e posterior ascensão ao posto de pensamento hegemônico, significou importantes mudanças de paradigmas teóricos, políticos e ideológicos. Uma destas mudanças bastante importante se refere à questão da utilização pelos neoliberais da ideia de sociedade civil como justificativa teórica da negação da intervenção estatal na dinâmica da reprodução capitalista. Neste processo de apropriação da idéia de sociedade civil pelos apologistas da cartilha neoliberal segue-se a exacerbação da cantilena liberal da contraposição entre Estado e sociedade; cria-se a artificiosa idéia que o mercado é o centro da sociedade civil e como consequência esta se torna um termo sutil para privatização do espaço e dos serviços públicos (PAIVA, et al, 2008). Desta maneira, os ideólogos do neoliberalismo usam a sua ideia de sociedade civil como meio de supressão/falsificação da ligação orgânica entre Estado e Sociedade, consequentemente edifica a concepção abstrata do Estado, obstaculizando a compreensão das reais funções sociais e políticas deste.

Dentre as questões que norteiam a concepção neoliberal de sociedade civil duas podem ser entendidas como principais: a primeira considera que existe uma contradição entre a sociedade civil e o Estado, que se expressa na separação entre poder econômico e poder político. Na segunda, entende-se que a sociedade civil é a esfera e a forma, por excelência, de manifestação das liberdades dos indivíduos voluntariamente associados. E o pressuposto para a existência da sociedade civil é a liberdade econômica, que em si e para si, se confunde com a liberdade em geral (ACANDA, 2010).

Segundo esta perspectiva, a base substantiva da sociedade livre ou da proeminência da sociedade civil é o *capitalismo competitivo*, por um lado porque possibilita a liberdade econômica e a liberdade política e, por outro lado, porque promove a separação entre poder econômico e político, que naturalmente controlam-se mutuamente. De maneira que, liberdade política, liberdade econômica e sociedade civil somente podem existir enquanto persistir o mercado livre. Assim, o próprio

desenvolvimento capitalista e de suas instituições seria tributário do livre mercado (FRIEDMAN, 1985).

Contraposto à liberdade econômica, política e à sociedade civil aparece o Estado, porque sua capacidade de intervenção é limitada, o que impede o funcionamento livre do mercado, portanto, sobrepõe-se a liberdade dos indivíduos, dificultando a realização plena dos direitos privados. A incapacidade do Estado de coordenar as atividades econômicas através do planejamento leva-o a suprimir a *coordenação voluntária dos indivíduos* e o próprio mercado livre. A cooperação voluntária fica tolhida justamente porque a capacidade limitada de planejamento estatal impede que as partes envolvidas nas transações econômicas se beneficiem da mesma, assim, o intervencionismo estatal suplanta os benefícios da troca voluntária entre os indivíduos.

O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada. (FRIEDMAN, 1985, p. 23).

Deste modo, o mercado livre resolve os eventuais desvios que ocorram no processo de troca voluntária, restando à ação política (apenas política) do Estado “a determinação das ‘regras do jogo’ e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas” (FRIEDMAN, 1985, p. 23). O mercado garante a liberdade econômica, para tanto, constrói um sistema de controle e equilíbrio baseado nas trocas voluntárias, assim elimina formas de poder coercitivo.

Nesta perspectiva, a intervenção do Estado, quando não se restringe a preservar e assegurar o *sistema de propriedade privada*, cria entraves ao pleno desenvolvimento da propriedade privada, logo, torna-se impeditivo à liberdade econômica, que consubstancia, via mercado livre, a sociedade livre em geral. Segundo Von Mises (1977, p. 18), “intervenção é uma norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e empresários a empregarem estes meios de uma forma diferente da que empregariam”.

Ainda de acordo com Von Mises (1977), a questão do desemprego, por exemplo, é um caso de contenção da *capacidade adaptativa da economia capitalista* produzida

pelo intervencionismo. Os sindicatos e o seguro desemprego promovem o desemprego, pois sua atuação intervencionista eleva os níveis salariais acima dos determinados pelo mercado, atrapalhando a competição dos não sindicalizados que aceitam salários mais baixos. Deste modo, a intervenção trava o mecanismo do mercado que ajusta os salários a níveis proibitivos do pleno emprego.

Na ordem social capitalista, o desemprego não passa de um fenômeno de transição sazonal. As medidas que impedem o fluxo livre de mão de obra de um lugar para outro, de um país para outro, podem tornar mais difícil o nivelamento dos salários. Podem, também, levar a diferentes remunerações os vários tipos de trabalho. Contudo, se houver liberdade para empresários e capitalistas, não teremos nunca o desemprego permanente e em larga escala. Trabalhadores à procura de emprego sempre encontram trabalho, quando acomodaram suas exigências salariais às condições de mercado. (VON MISES, 1977, p. 35).

Por conseguinte, a capacidade de adaptabilidade capitalista não deve ser tolhida, pois quanto mais se privilegiar a competição, melhores serão os resultados produzidos pelo mercado livre, e mais se amplia as benesses da produção econômica livre fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção. Assim, a abolição de todas as formas de intervenção⁴ e a conseqüente promoção do livre jogo da economia, é a condição ideal de realização de todas as necessidades dos indivíduos, é a única forma de promover equilíbrio entre as vontades individuais e o bem estar na sociedade em geral, via coordenação voluntária entre os indivíduos.

Segundo Hayek (1987), o mercado é o centro das relações sociais e o individualismo a marca maior da ação humana. Sendo que o mercado assegura uma superioridade a todos os tipos de relações econômicas e políticas constituindo-se, assim, como base de organização das sociedades e das condutas humanas. E o egoísmo que vem associado ao individualismo, assume a função de qualidade humana ligada a sua dimensão racional e essa qualidade deve ser valorizada como natural e espontânea. Entretanto, essa racionalidade é bastante limitada para conceber e resolver o conjunto dos problemas, das demandas e necessidades na sua totalidade. Assim, os homens é que devem buscar seus interesses específicos e limitados. E, de maneira alguma, devem pleitear resolver questões coletivas que estejam direcionadas a transformações mais

⁴ Segundo Von Mises (1977), intervenção ou *intervencionismo* não se refere apenas à atuação do Estado, mas também dos sindicatos ou qualquer outra forma de restrição imposta ao livre funcionamento do mercado.

amplas no quadro político e econômico. Nesse sentido, as instituições como sindicatos e partidos de massa não deveriam existir. Os princípios que os deveriam substituir seriam: o individualismo como valor moral, o empreendedorismo e a competitividade.

Os indivíduos atuando no mercado a partir de seus interesses, com perfeito conhecimento do mercado, podem obter uma boa ou ótima alocação de recursos. Portanto, o indivíduo livre é o demiurgo de todas as relações sociais, e a sociedade civil o campo de efetivação da liberdade, um legado da liberdade econômica que se materializa nas leis econômicas emanadas do mercado. Assim sendo, a sociedade civil se torna o centro de realização dos desejos e necessidades privadas, o lugar do *não estatal* e da não intervenção, se confundindo com a própria idéia de mercado.

A sociedade civil seria então uma espécie de agregado de homens livres que dispondo de determinada quantidade de bens e recursos estabelecem no mercado livre trocas que favoreçam mutuamente os envolvidos. De tal modo, que na dinâmica do mercado auto-regulável, do *não estatal*, a sociedade civil assume posto superior ao do Estado, denotando, na visão dos teóricos neoliberais, uma separação entre economia e política.

Este mecanismo evidencia nas teses neoliberais uma tentativa – por vezes bem sucedida, já que estas representam o pensamento hegemônico – de falsificar o real significado das relações políticas e econômicas no capitalismo, obstruindo assim, um exame desta relação que tenha como base os dados da totalidade do movimento de reprodução capitalista.

Sob o ponto de vista neoliberal tanto a noção de Estado como a de sociedade civil é deturpada. Na realidade não existe separação alguma entre economia e política, nem entre Estado e sociedade civil. Na perspectiva gramsciana, o Estado não está de forma alguma separado da sociedade, desta forma não faria sentido algum tratar separadamente Estado e sociedade civil. Pois esta visão, a qual considera a totalidade do processo histórico-social de reprodução da sociedade capitalista perpassado pela luta de classes, expõe a sociedade civil não como um conjunto de indivíduos racionais que maximizam seu bem-estar, mas sim como um espaço de embate entre as classes antagônicas, de disputa de poder (inclusive do poder de Estado).

O Estado não é ente autônomo, muito menos um poder autônomo, mas fruto das relações sociais de produção. Suas características são as mesmas da classe hegemônica, as quais ele tem que preservar e reproduzir hegemonicamente. O papel da sociedade civil é semelhante, pois ela é também um espaço de reprodução e conservação de

hegemonia classista. Na sociedade civil a classe hegemônica constrói seus aparelhos de dominação, que aparentemente são privados, mas, na verdade, compõem o Estado.

É através da análise da correlação e imbricação entre sociedade política e sociedade civil que, neste trabalho, acredita-se ser possível alcançar uma compreensão mais adequada do próprio conceito de sociedade civil e de sua relação com o Estado. Ou seja, pressupõe-se aqui que a noção gramsciana de sociedade civil seja a que apresenta maior precisão histórica e teórica na análise de um dos momentos superestrutural do bloco histórico, que associada à análise do outro momento, a sociedade política, torna clarividente o próprio conceito de Estado, de sua natureza de classe e sua importância na reprodução da infra-estrutura do bloco histórico.

Segundo Coutinho (1994), entende-se pela teoria de Gramsci que é a partir do Estado moderno ou da consolidação da sociedade burguesa que se estabelece uma consequente articulação entre sociedade política e sociedade civil. Pois, houve neste momento uma “socialização da política”, quando a população começou a se apoiar em amplos movimentos de massa, criando grandes partidos políticos, sindicatos etc.; Gramsci teorizará que a esfera política restrita do Estado começa a ceder progressivamente espaço a uma nova esfera pública ampliada caracterizada pela crescente organização de massa. É nesta inferência de Gramsci, através da análise da “socialização da política”, que se torna possível sua elaboração de “uma teoria marxista ampliada do Estado”.

Essa ampliação do conceito de Estado, no entanto, não significa a eliminação de seu núcleo fundamental já apontado por Marx, Engels e Lênin – seu caráter de classe e sua ação predominantemente repressiva –, mas apenas um acréscimo de novas determinações.

Quais seriam estas novas determinações? Examinando a superestrutura/Estado, Gramsci advertira que esta é composta pela sociedade civil e pela sociedade política. Sendo que esta última representaria o conjunto de aparelhos com os quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal e da violência. Ou seja, são os aparelhos coercitivos do Estado que se apresentam materialmente nos grupos burocráticos e executivos ligados às forças armadas e policiais, e à imposição das leis.

Segundo Portelli (1977), em Gramsci a sociedade política – “o Estado, no sentido estrito do termo” (PORTELLI, 1977, p. 22) – aparece em contraposição à sociedade civil. No entanto, essa contraposição não é de modo algum absoluta, pois sociedade civil e a sociedade política constituem momentos da superestrutura (que seria

sociedade política + sociedade civil = Estado), sendo que as duas, neste âmbito, estão estreitamente interligadas. Assim, na superestrutura, a sociedade política e a sociedade civil comporiam a “unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel exato das organizações é mais fluído do que parece.” (PORTELLI, 1977, p. 22).

Para Coutinho (1994), a originalidade de Gramsci – onde aparece sua “ampliação do conceito marxista de Estado” – estaria justamente no seu conceito de sociedade civil.

Encontra-se nos *Quaderni*, numerosas definições da sociedade civil, todas coincidentes: aí a sociedade civil é, em geral, concebida como ‘o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade’. (PORTELLI, 1977, p. 22).

Segundo Portelli (1977), o campo da sociedade civil se determina por um “conjunto complexo” de extensão ampla, principalmente porque constitui o domínio da ideologia, sua ação volta-se para a condução do “bloco histórico” de tal modo que a sociedade civil se enquadra a seu conteúdo e obedece a suas implicações sociais. De acordo com o autor:

[...] a sociedade civil pode ser considerada sob três aspectos complementares:

- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc.;
- como concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advém daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;
- como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a ‘estrutura ideológica’ – isto é, as organizações que a criam e difundem – e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, *mass media*, bibliotecas etc.). (PORTELLI, 1977, p. 22).

Entretanto, estas duas esferas da superestrutura se distinguem apenas pela função que exercem na organização da vida social e na articulação e reprodução das relações de poder. Na verdade “em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido ampliado (COUTINHO, 1994, p. 54)”. Desse modo, em Gramsci, sociedade política e sociedade

civil, constituem dois planos que só podem ser separados metodologicamente, pois, na concretude dos fatos, são unidos “organicamente”.

De acordo com Coutinho (1994), as duas esferas superestruturais (sociedade política e sociedade civil) servem para conservação ou transformar de uma determinada formação econômica e social, de acordo com os interesses da classe que detém o domínio. No âmbito da sociedade, as diferentes classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos particulares através da direção e do consenso. Já na sociedade política, onde o Estado encontra-se em sentido estrito, exerce-se a dominação por meio da coerção. Estas seriam as distinções das funções das duas esferas superestruturais, mas existe também a distinção devido às materialidades sociais que lhes caracterizam: a sociedade política tem seus portadores materiais nos “aparelhos coercitivos de Estado” – a polícia, o exercito e as leis; na sociedade civil estes portadores materiais são os que Gramsci chamou de “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”. Coutinho (1994), ainda esclarece que o privado aqui se aplica no sentido de ser uma adesão voluntária (não coercitiva) aos aparelhos, pois estes são relativamente autônomos em relação ao Estado, mas é importante destacar a palavra relativamente, pelo fato de não haver uma dissociação completa entre o que é imposto coercitivamente pelo Estado e o que é disseminada na e pela sociedade civil.

Gramsci registra como fato inovador a autonomia relativa (material e funcional) que a esfera ideológica (sociedade civil), ganha em relação ao Estado (em sentido estrito) com a criação de novos organismos (partidos e sindicatos) e com a renovação de determinadas instituições sociais (Igreja e sistema escolar) herdadas pelo capitalismo. E, é esta base material, de relativa autonomia, que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera específica dotada de legalidade própria, e como espaço mediador entre economia e o Estado estritamente (Coutinho, 1994).

Mas, apesar de Gramsci descrever todas as diversidades existentes entre as duas esferas, ele destaca também sua unidade, ou seja, há uma relação dialética de unidade na diversidade das duas esferas, pois “(...) A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como dominação e como direção intelectual e moral” (COUTINHO, 1994, p. 57). Sendo esta supremacia o momento em que se unifica, sem homogeneizar, a hegemonia e a dominação. Afinal, as duas funções estatais de hegemonia/consenso e dominação/coerção, coexistem lado a lado no Estado moderno. Sendo que, o Estado vai atuar mais coercitivamente ou de forma mais consensual dependendo do grau de autonomia relativa existente entre sociedade política e sociedade civil ou do grau de

autonomia dos aparelhos das duas esferas, e esta autonomia também dependerá da correlação de forças existente entre as classes que disputam a supremacia.

Dito desta forma, a partir da concepção gramsciana de Estado, sociedade política e sociedade civil e sua relação com o “bloco histórico”, é que se constrói a refutação daquela visão neoliberal da sociedade, como também se intenciona evitar a dissociação entre economia e política, entre *estrutura* e *superestrutura*.

Ressaltando, portanto, a inexistência de contradição entre sociedade civil e o Estado; entre poder econômico e poder político. E, que a sociedade civil não é a esfera das liberdades dos indivíduos voluntariamente associados municiados pela liberdade econômica, mas sim um campo de luta ideológica aberta pela afirmação da hegemonia de uma classe. É necessário, pois, reconhecer que as transformações econômicas representam, necessariamente, mudanças políticas direcionadas pela classe que detém o poder coercitivo do Estado e os aparelhos privados de coesão da sociedade política, pois a realidade pode até ser dividida por questões didáticas (como em *estrutura e superestrutura*), mas ela é sempre mais complexa e precisa ser compreendida com um conjunto orgânico e dinâmico de relações de força.

Segundo Soares (2000), através do conceito de bloco histórico Gramsci encontrou a possibilidade de captar a relação entre estrutura e superestrutura como nexos dialético. “É preciso, para formar um bloco histórico, que a estrutura e a superestrutura estejam ligadas organicamente (PORTELLI, 1977, p.47)”. “A sociedade (civil + política) em Gramsci é, então, vista como totalidade que deve ser abordada em todos os seus níveis (GRUPPI, 2000, p.78)”.

4. Considerações finais

A sociedade capitalista produz uma realidade histórica caracteristicamente de dimensão dupla, de maneira que a sua totalidade real somente pode ser apreendida no movimento dialético entre fenômeno e essência, e como uma composição instável essas duas dimensões da realidade se relacionam conflituosamente alimentadas pelas profundas contradições sobrevividas da violência da exploração e da dominação da classe capitalista pela classe trabalhadora. No entanto, no interior da unidade fenômeno e essência o choque de contradições permite, na esfera fenomênica, uma ação individual com uma margem objetiva de liberdade maior em relação à esfera da essência, impondo a ação na primeira esfera um grau de coercitividade menor, que permite até certo ponto,

um desprendimento relativo da ação do conjunto das determinações da totalidade do processo histórico.

O problema é que esta liberdade transitória do indivíduo é infundada ontologicamente e, quando interpretada pelas análises que levam em conta apenas a dimensão fenomênica da realidade como absoluta, esconde todo o processo de exploração violenta e de dominação de uma classe por outra. Mistifica, desse modo, o fato de que a reprodução da classe hegemônica na sociedade capitalista somente é possível pela extração e apropriação de sobre-trabalho da classe contra-hegemônica.

Com isso, falsifica-se também a real função e definição categorial de todas as instituições que auxiliam na dominação de uma classe por outra: o Estado aparece como algo neutro; a igreja despojada de posição de classe; a ideologia como um conjunto de falsa consciência; os indivíduos alijados de qualquer senso de coletividade e apenas desejosos de atender através de sua racionalidade economicista, egoísta e hedonista suas necessidades individuais. Como consequência, mercado e sociedade civil se identificam, assumindo o centro da vida economia e da liberdade, ou seja, as relações de troca entre mercadoria tornam-se o *locus* privilegiado de atendimento de todas as necessidades humanas. Promove-se uma deturpação do conceito de sociedade civil devido ao abandono da concepção de classe e sua luta, e da visão da estrutura do Estado neutro separada da dinâmica social; suprime-se sua função de instrumento de dominação, não é entendido, como diz Gramsci, no “movimento orgânico” e, portanto, estrutural do capitalismo.

Referências bibliográficas

ACANDA, Jorge Luiz. **Movimientos sociales y ciudadanía democrática**. Em: PEREIRA, P. A. P.; PEREIRA, C. P. (Orgs.). *Marxismo e Política Social*. Brasília: Icone Ed., p. 149-160, 2010.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHASIN, J. **A sucessão na crise e a crise na esquerda**. Ensaio, São Paulo, 17, 18/ Ensaio, número especial, p. 01-122, 1989.

CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo. 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O ponto de inflexão**: o Gramsci da maturidade. Em: *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**: Fundamentos, impactos e contradições. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2ed. Col. Os Economistas.

GENNARI, Adilson M. **Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90**. Revista Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 13, n. 1 (21), p. 30-45, 2002.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

HAYEK, Friedrich. A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Liberal. 1987.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. [tradução de Juarez Guimarães; João Machado Borges]. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

PAIVA, Beatriz et al. **Política social e trabalho na América Latina**: um debate necessário. Comunicação Oral. In: Seminário/encontro latino-americano de pós-graduação em Ciências Sociais/Serviço Social. Rio de Janeiro/RJ: ESS/UFRJ (Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2008. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br>

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOARES, Rosemary Dore. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

VON MISES, L. **Uma crítica ao intervencionismo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977.

